

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 150

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

Ato da Presidência:

LEI Nº 13.279

Data: 11 de outubro de 2001

Súmula:

Ficam fixadas em, no máximo 20% do valor do automóvel, as multas imposta pelo Detran/PR autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do parágrafo 7º, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam fixadas em, no máximo 20% (vinte por cento) do valor do automóvel, as multas impostas pelo Detran/PR autuadas a partir de 01 de janeiro de 2000.

§ 1º - Ficam excluídas do benefício proposto no caput deste artigo, as multas que tenham relações com qualquer infração originárias de ilícitos penais.

§ 2º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de pagamento de dívidas de multas de trânsito liquidadas antes da vigência da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Hidekazu Takayama.

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT:

Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 3466**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação da Proposição nº 47/2001, item 02, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 3465

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, a votação em bloco dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3465, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Aprovado.

Requerimento nº 3466 de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 47/2001, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Deputado Alborghetti, nós vamos votar primeiro o item 02.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 047/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/STL/SEEG nº 156/2001

Curitiba, 16.05.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 015/2001, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 200/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 200/2000, encontra-se no DA nº 018/2001, de 20.03.200, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 047/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto aposto ao Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria dos deputados Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet.

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei

por julgá-lo inconstitucional, argumentando que a iniciativa do referido projeto deveria partir do próprio Poder Executivo, ferindo o disposto no artigo 66, inciso IV, da Constituição do Estado.

Dada a justificativa constitucional e o respeito aos prazos estipulados para o veto, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

É esse o meu projeto.

É dos deputados Luiz Carlos Alborghetti e Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em discussão o Projeto de Proposição nº 47/2001. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria dos deputados Luiz Carlos Alborghetti e Neivo Beraldin.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

(Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, quero dizer que este projeto é apenas autorizatório. O Governo fará se bem entender.

No Rio já existe, inclusive, tem um delegado especializado, tem o Ministério Público, tem uma psicóloga, tem uma assistente social. Lá já é uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa.

Em São Paulo existe também uma lei específica autorizando o governador do PSDB a criar a Delegacia de Fiscalização à Internet.

Nós queremos apenas, deputado Valdir Rossoni que tem filhos, deputado Durval Amaral, senhores deputados que têm netos. A Internet é uma vergonha. 80% é saudável para os nossos filhos, mas existem páginas que induzem o seu filho a comprar maconha, cocaína, induzem ao crack, a fabricar bombas caseiras e o pior, deputados, a pedofilia. Vendem crianças na Internet para a prática do homossexualismo. Crianças e jovens são vendidas, ilustres deputados, desapareceu recentemente em Curitiba, uma jovem lindíssima, de 16 a 17 anos e ficamos procurando na televisão e mostramos a foto e procura e procura, e de repente verificou-se que a menina estava na Internet. tomamos providências e conseguimos localizá-la.

O mais grave: uma jovem do Sudoeste foi assassinada na capital do Estado. Foi jogada no Parque Barigüi. O genro do deputado Caíto me ajudou neste caso. A moça foi assassinada num apartamento, asfixiada, porque esse moço que está respondendo em liberdade e na hora da relação sexual, ele estrangulou a menina, desceu com ela embrulhada, colocou-a numa moto, amarrou-a e levou-a até o Barigüi, onde tem uma lanchonetezinha e

vários carros, porque ali é um mini motelzinho. Ele jogou a menina do outro lado. De manhã, a minha equipe chegou no local e encontrou a menina. Ela estava na Internet. Ela foi cafetizada, na gíria policial, pela Internet! estava sendo vendida na Internet! Amanhã, a minha filha poderá estar lá, a filha ou a neta de alguém poderá estar lá!

Eu não sou preconceituoso e nem racista, mas, se em São Paulo e no Rio tem, porque não poderemos aprovar? Só porque está o nome do deputado Neivo aqui? Esse projeto é do deputado Neivo e do Alborghetti! Queremos apenas um órgão fiscalizador!

O Ministério Público é que está fiscalizando no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Recentemente eu vi que lá faltava uma série de coisas e a prefeita Suplicy doou móveis. Não é problema de Partido. O que interessa nessa hora, é a família do deputado Tiago, a do Accorsi, do Tony Garcia, do Luiz Carlos Martins. É um projeto autorizatório.

O governo só faz se quiser, mas por favor, é autorizatório. Aprove! O governo fará, se quiser!

Se ele não for aprovado, vou me entristecer e ir para a Televisão e dizer: “Não foi aprovado um projeto que vai ajudar a salvar os nossos filhos, nossos netos”. O projeto é meu e do deputado Beraldin. Vamos esquecer partido político. Vamos pensar nas nossas famílias. Vamos derrubar o veto e o governador aprova se quiser, aliás, ele cria se quiser.

É um desabafo que estou fazendo em nome dos filhos do Paraná e em nome dessa menina que foi assassinada e jogada no Parque Barigüi e em nome dessa menina que foi localizada e que a mãe que veio aqui na Assembleia e que estava desesperada. Não sou eu que digo. Os deputados Algaci, Luiz Carlos Martins, Tiago, Ricardo Chab, nós que vivemos o submundo, o outro lado da meia-noite, pensemos em nossas famílias, deputados!

É um projeto sério. Por favor nos ajudem! Vamos esquecer os problemas políticos! Vamos votar para que haja uma fiscalização na Internet, só para salvar os filhos e a família do Estado do Paraná!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação.

Convido o 1º secretário para que faça a chamada dos senhores deputados.

Votação do item nº 2 da pauta.

Quem concorda com o veto, vota “SIM”.

Quem for contra o veto, vota “NÃO”.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os deputados Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi e Cleiton Kielse para servirem de escrutinadores.

Quarenta e seus (46) deputados votaram:

01 voto em branco;

17 votos, sim;

18 votos, não.

Está rejeitado o veto e mantém-se o projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN

Peço a palavra para, em poucos segundos, dizer muito obrigado aos deputados e requeriram que o Governo do Estado, agora, se preocupe a colocar uma Delegacia da Internet para fiscalizar os crimes que ali ocorreram.

Muito obrigado, deputado Alborghetti e todos os deputados que ajudaram a derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos votar os itens nº 01, 03, 04 e 05.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 031/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 045/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 275/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 155/99, por inconstitucionalidade, porque, versando sobre receitas por multas de trânsito, afronta o artigo 22, inciso XI, da Magna Carta, que confere à União legislar privativamente sobre tal matéria, inclusive com relação à aplicação de recursos dela advindos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(**O Projeto de Lei nº 155/99, encontra-se publicado no DA nº 186/2000, de 12/12/2000, em Redação Final.**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 031/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto aposto ao Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria

Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro.

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por julgá-lo inconstitucional, argumentando que o ato de legislar sobre a matéria cabe privativamente à União, afrontando portanto o inciso XI do artigo 22 da Magna Carta.

Dada a justificativa constitucional e o respeito ao prazo estipulado para o veto, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFR - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 050/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 177/2001

Curitiba, 30 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 054/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 104/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo autorizar o Poder Executivo criar linha especial de financiamento para o setor pesqueiro no Estado do Paraná e que as despesas serão supridas por recursos já existentes ou especificamente abertos para tal finalidade.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inexistência de recursos para seu atendimento e face impossibilidade conjuntural de serem abertos créditos orçamentários para suporte de despesa com a medida, caso fosse acolhida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 104/99, encontra-se publicado no DA nº 41/2001, de 18/04/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 050/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do nobre deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, verificou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável ao encaminhamento desta proposição-veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 067/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - Amena, imóvel situado nesta capital. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 271/2001

Curitiba, 19 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 147/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de conformidade com os artigos 87, inciso VII e 71, parágrafo 1º, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 146/2001, por considerá-lo contrário ao interesse público pelo simples fato de que o imóvel cuja doação é objetivada não mais integra o patrimônio do Estado, face transcrição sob nº 24.278, de 19.09.47, do Cartório da 6ª Circunscrição da Capital.

Esse o motivos que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 146/2001, encontra-se publicado no DA nº 97/2001, de 28/06/2001, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 067/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 146/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Mantenedora de Ensino Alternativo - Amena, imóvel situado nesta capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS- Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 172/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG/ Nº 281/2001

Curitiba, 01.08.2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 154/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 172/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná, com sede em Jacarezinho, assim como adotar outras providências.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência, deve-se a pronunciamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esclarecendo que o entendimento daquela Pasta em relação ao assunto seria no sentido da incorporação de todas as atuais faculdades isoladas em uma só Universidade, assegurando, assim, autonomia didático-científica àquelas unidades de ensino superior e mais satisfatórias condições de administração e aporte de recursos orçamentários.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 172/2000 encontra-se publicado no DA nº 062/2000, de 29.05.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 075/2001

P A R E C E R :

Analizando o Veto Governamental nº 75/2001, apostado ao Projeto de Lei nº 172/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui a Universidade Estadual do Norte Pioneiro do Paraná, em vista do cumprimento dos prazos constitucionalmente estabelecidos, entende esta Comissão de Constituição e Justiça, estar o mesmo em condições de ser apreciado pelo duto Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, só para justificar uma coisinha mínima: aqui na Comissão de Constituição de Justiça, consta que o projeto é do deputado Alborghetti e do deputado Neivo Beraldin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido o senhor 1º secretário, para que proceda à chamada dos senhores deputados.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de requerer que a votação do projeto de minha autoria fosse na forma regimental, que é votação isolada de cada projeto. Não precisa fazer requerimento, porque é regimental.

Esse fundo especial para o setor pesqueiro do Paraná é uma reivindicação dos pescadores. Tivemos o cuidado de fazer a elaboração do projeto. Tivemos a colaboração, à época da liderança do governo, deputado Valdir Rossoni que discutiu com alguns setores que tratam dessa questão de financiamento do governo. Foram feitas emendas e o projeto foi aprovado por unanimidade nesta Casa. É um projeto autorizatório, mas tem um fim de politicamente indicar ao Governo do Estado que tem que olhar para um setor que muitas vezes é desconsiderado. Pescadores com filhos com dificuldades para ir à escola, renda baixa. Tanto pescadores do mar, quanto do rio, setores que não têm nenhuma política e atenção. A grande maioria, pescadores artesanais.

Essa Assembléia não pode passar em branco sem ter uma luz, uma orientação, nem que seja num projeto autorizatório.

A linha de financiamento conta com recursos do BNDES. O banco tem linhas especiais para a comunidade indígena, para assentamento dos trabalhadores rurais, para o setor da pesca e setor extrativista. O setor

extrativista do norte é o que mais leva recurso. Por quê? Porque apresentam projetos e vão para cima!

No Estado do Paraná e em Santa Catarina, como o setor extrativista é muito pouco, temos o setor pesqueiro. E temos condições de pegar recursos. Criar uma linha o Estado do Paraná e pedir aos pescadores que se reúnam em associações e apresentem projetos para trazer recursos do BNDES e de outros fundos para o Paraná.

Essa é a nossa intenção com esse projeto.

Gostaria que os deputados votassem, não em homenagem aos trabalhadores da pesca, aos pescadores artesanais, aos pequenos empresários do Paraná; é uma homenagem que o Parlamento do Paraná fará a esses pescadores paranaenses, votando não ao veto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para encaminhar, o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, consta no item 01, o Projeto de Lei nº 155/99, que dispõe sobre a repartição das receitas das multas provenientes de infrações nos municípios.

Esta Casa votou um projeto de 1999, aprovado no final do ano de 2000. Tem como objetivo apoiar os municípios, porque todas as multas são ocorridas nos municípios. Até por uma questão de justiça, grande parte dos municípios hoje já faz convênio com o Estado. E quem tem poder, condições de fazer e formar esse convênio com o Estado? Justamente são os grandes municípios!

Os pequenos municípios, como Luiziana, por exemplo, do nosso deputado Nelson Tureck, deixa de ter o recurso, por quê? Porque não firma! A multa que ocorrer dentro do município, quer seja na área urbana ou na área territorial do município, não tem nenhuma participação para o município, e no entanto, ele arca com as consequências da pavimentação, da sinalização e não existe o benefício para isso, e fica o Estado com todo o recurso da multa, que lhe cabe, porque 5% só, é destinado à Denatran- Departamento Nacional de Trânsito, o resto, os 95% é destinado ao Estado do Paraná.

E não há nenhuma inconstitucionalidade nesse aspecto. O Governo vetou sobre a questão da inconstitucionalidade. Não há inconstitucionalidade, porque não estamos definindo que a lei define através do Código Nacional de Trânsito, é apenas 5% remetido ao Governo Federal.

E aqui fica o nosso apelo, para que derrubemos o veto do senhor governador à respeito do Projeto de Lei nº 159/99, o item 01.

Ele trata o seguinte, no seu artigo 3º os valores das multas arrecadadas por órgão ou entidade de trânsito no âmbito estadual, serão repartidos da seguinte forma: 5% valor destinado ao Fundo Nacional, à segurança e educação do trânsito; 35% destinados ao órgão arrecadador ou à entidade de âmbito estadual, com incumbência de atender às disposições do código de trânsito nacional; e 60%

destinados aos municípios no qual ocorreu a infração, independente de quem seja competente para atuar.

Dessa forma, estaríamos beneficiando justamente, os pequenos municípios do nosso Estado.

É dessa forma que vejo e pretendo que a Casa vote pela derrubada do veto, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido ao 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada dos senhores deputados para depositar o seu voto.

Os deputados que votarem com a cédula “sim”, estarão concordando com o veto; e os deputados que votarem com a cédula “não” estão contra o veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

(Procede à chamada nominal para votação).

Oito deputados não votaram.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Convido os deputados Ademar Traiano, Tiago Amorim e Irineu Colombo, para que façam a contagem dos votos, e o deputado Antonio Carlos Belinati, como fiscal.

Atenção senhores deputados, para o resultado:

Três votos brancos.

Dezessete votos SIM, e vinte e quatro NÃO.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

EMENDA Nº 10

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3º do Artigo 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Os artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo Único - O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar”.

“Art. 50 - A Polícia Científica, com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalidade e médico-

legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida pelo perito oficial de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

§ 1º - A função policial científica fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Científica é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais científicas.

§ 3º - Os cargos da Polícia Científica serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observando o disposto na legislação específica”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.10.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDIR ROSSONI - 1º Secretário
ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/2001

I - exonerar, a pedido, JOSÉ LÚCIO CIONI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ADÔNIS ROCHA DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/2001

prover, CLÁUDIA MARIA CUNHA DE MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/2001

I - exonerar, a pedido, IRACEMA FERREIRA DE SOUZA TODERO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, CÍDIO GUIMARÃES SEVERINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/2001

I - exonerar, a pedido, NEY PATRÍCIO DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, MARIA JOSÉ DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Chico Noroeste, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 067/2001

I - exonerar, a pedido, IVANI TEREZINHA DORACINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança de Oposição, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ELOI MEZZADRI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete da Liderança de Oposição, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - exonerar, a pedido, ROSENVERT SEBASTIÃO ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, FANTE DE SOUZA FARIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - exonerar, a pedido, EDSON CARLOS BERNARDELLI, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VI - prover, CLAUDETE BELTHER BERNARDELLI, para exercer cargos em Comissão, junto ao Gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 068/2001

I - exonerar, a pedido, CLEUZA ALICE FERRARI, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, CLEUZA ALICE FERRARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - prover, WILSON DE PÁDUA SANTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 069/2001

prover, ELIANE CAROLINA DE ALMEIDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete

do deputado Ricardo Maia, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 070/2001

I - exonerar, a pedido, MAURÍCIO HANKE BANDO LIN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Edson Luís Strapasson, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, MARIA DAS GRAÇAS STRAPASSON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Edson Luís Strapasson, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 071/2001

I - exonerar, a pedido, NATIFRANKE DA CRUZ MOCELIN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, MARTA MARIA MOLETA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Miltinho Pupio, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 072/2001

I - exonerar, a pedido, EDVALDO JUVINO JORGE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, KÁTIA MELEGATTI TEIXEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

III - exonerar, a pedido, FRANCISCO RODRIGUES NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, MARILÉIA MEDEIROS SILVA ALVES BEZERRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Pastor Edson, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 073/2001

I - exonerar, a pedido, EDGARD MEIRA VASCONCELOS FILHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, MARIELA DE CAMARGO VASCONCELLOS, para exercer o cargo em Comissão, sím-

bolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, SÉRGIO ROBERTO MONTEIRO, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - exonerar, a pedido, FERNANDA STELA MONTEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

V - prover, FERNANDA STELA MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

VI - exonerar, a pedido, LOUDES MONTEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

VII - prover, ITAMAR MANZINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, LOURDES MONTEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074/2001

I - exonerar, a pedido, MAGNO LUIZ POLAK, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, CELMA CRISTINA PALMÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

III - prover, WALDEMAR MORELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

IV - prover, MARILYS ROMANÓ NICKEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kielse, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.02.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075/2001

I - exonerar, a pedido, FRANCISCO RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabi-

nete da Liderança do PPB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, ADRIANA APARECIDA FERREIRA FUGANTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/2001

I - prover, a pedido, ROSIMARI BATISTA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Caíto Quintana, a partir de 1º de fevereiro de 2001;

II - prover, MARINA WACTWASKI FIGUEIREDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do gabinete da 1ª Vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de fevereiro de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.02.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atas de Comissão:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESVIO DE DINHEIRO PROVENIENTE DO PRONAF E COBRANÇA DE "COMISSÃO" PELO MST

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, no gabinete da Primeira Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de eleger o Presidente e Vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Divanir Braz Palma e Sérgio Spada para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Divanir Braz Palma agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou o deputado Nelson Tureck para o cargo de relator da CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniram-se na sala de reuniões das comissões os nobres pares desta Comissão em caráter ordinário, os senhores deputados: Algaci Tulio, Chico Noroeste, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, presidida pelo deputado Edson Strapasson, para tratar de Projetos de Lei, abaixo citados, para serem submetidos a análise desta Comissão. Havendo número legal, e não havendo expediente a ser lido, passou-se a pauta da reunião: 01) Projeto de Lei nº 272/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Relator deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 378/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/2001. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 390/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 293/2001, de autoria do deputado Antonio Belinati. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/2001. Relator deputado Ângelo Vanhoni. Parecer: Embora em princípio pareça meritório, sugere o relator que seja transformado em diligência o citado projeto de lei, solicitando ao Departamento de Patrimônio do Estado do Paraná, que informe a esta Comissão sobre a atual destinação do imóvel, para que não se cometa eventuais injustiças. (diligência aprovada). Deputado Algaci faz um adendo, que conhece a área já recuperada pela Prefeitura, e expõe o mérito. 07) Projeto de Lei nº 335/2001, (não incluso na pauta, resposta ao requerimento do deputado Edson Strapasson, para que o presente projeto retornasse a esta Comissão submetendo-se a análise da mesma) de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 28/2001. Relator deputado Algaci Tulio solicita sua relatoria. Parecer FAVORÁVEL (ao projeto) - APROVADO. Finda a pauta, o senhor presidente, trata da futura reunião extraordinária, a ser realizada pela Comissão com o intuito de convidar o secretário de Obras, Nelson Justus, inclusive representantes das Concessionárias a fim de esclarecer assuntos relativos ao pedágio, (Algaci Tulio menciona matéria do Jornal Diário Popular, referente ao escândalo do Pedágio), trechos em andamento, futuras obras, programação emergencial para este ano, dentre outros. Todos aprovaram, ficando para marcar a eventual data. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo

presidente, Edson Strapasson e por mim Sandra Zampier, secretária da comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e hum, às treze e trinta horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a presença dos senhores deputados membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: Submeter à aprovação da verba de ressarcimento dos senhores deputados referente ao mês de setembro de 2001. Submeter à aprovação do Balanço e Relatório do Fundo Paraná, exercício de 2000. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da comissão, deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao senhor deputado José Maria Ferreira, que relatou a Proposição nº 85/2001, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de setembro de 2001, conforme

Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu Artigo 14. O senhor Relator entendeu que as referidas contas estão em condições de serem aprovadas, pois encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e atendendo a legislação em vigor, optando então, pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, no que foi acompanhado por todos os presentes. A seguir usou a palavra o senhor deputado Geraldo Cartário, Relator da Proposição nº 040/2001, que trata da prestação de contas do Balanço e Relatório do Fundo Paraná, gerido pelo Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, relativos ao exercício de 2000, conforme o Artigo 21 da Lei nº 122.020 de 09 de janeiro de 1998. Após análise dos documentos apresentados o senhor relator concluiu pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, uma vez que o todo encontra-se em conformidade com a legislação e à exatidão das contas, apresentadas, sendo por todos aprovadas. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária